

Nota da SPA/Ministério da Fazenda

Os critérios de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa em território nacional estão disciplinados pela Portaria nº 827/2024. A norma abrange requisitos de habilitação jurídica, qualificações técnica e econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, além da idoneidade dos sócios qualificados, controladores, beneficiários finais e administradores da empresa requerente, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras.

Para essa finalidade, a Secretaria analisa a documentação societária apresentada, incluindo o contrato social e suas alterações, bem como os demais documentos exigidos para a verificação da estrutura societária e da composição do quadro de controle e administração da empresa.

No curso do processo de autorização da Meridian Gaming Brasil SPE Ltda., a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, ao analisar documentos relacionados ao quadro societário, não foram identificados registros que comprometessem o atendimento aos requisitos de idoneidade previstos na regulamentação.

Esclarece-se que, conforme as informações prestadas no âmbito do processo de autorização, o Sr. Verginio Germann da Rocha não figura como sócio qualificado, controlador, beneficiário final ou administrador da Meridian Gaming Brasil SPE Ltda. Em razão disso, a Secretaria não possui registros ou informações a seu respeito.

Cumprido destacar que inquéritos e procedimentos investigatórios submetidos a sigilo de justiça ou a sigilo legalmente decretado não são acessíveis à Administração Pública Federal.

Em relação à comprovação da origem dos recursos, a SPA adota procedimentos de conformidade para avaliar tanto o capital social integralizado e os valores destinados ao pagamento da outorga. Esse processo inclui a análise de extratos bancários e declarações de Imposto de Renda dos sócios, a fim de verificar a evolução patrimonial e atestar a compatibilidade financeira dos recursos com o porte da operação. Essa

avaliação visa mitigar riscos relacionados à lavagem de dinheiro e garantir a idoneidade financeira dos agentes autorizados.

Contudo, a análise técnica conduzida pela Secretaria possui natureza estritamente administrativa e não substitui eventuais investigações realizadas pelas autoridades policiais, judiciais ou fiscais. Caso sejam formalmente identificadas novas informações ou indícios de irregularidades, serão adotadas medidas de fiscalização e sanção cabíveis, respeitado o devido processo legal.

É importante contextualizar que os fatos mencionados, em setembro de 2023, ocorreram durante o período anterior à plena implementação do modelo regulatório atualmente em vigor, quando o mercado de apostas operava em um cenário de vácuo regulatório e sem os instrumentos de supervisão, fiscalização e responsabilização hoje disponíveis ao Estado brasileiro.

Caso surjam novos fatos que indiquem descumprimento das regulamentações vigentes, a SPA procederá à abertura de procedimento fiscalizatório, podendo ocasionar eventual aplicação de sanções, caso confirmadas as irregularidades.